

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 06.08.2004

29/04/2004

EMENTÁRIO Nº 2158-3

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 84.103-1 DISTRITO FEDERAL**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACIENTE(S) : JURANDIR RIBEIRO PAZ

PACIENTE(S) : BOLÍVAR DA SILVA FIGUEIRA OU BOLIVAR DA SILVA
FILGUEIRA

PACIENTE(S) : DALVA SILVIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

PACIENTE(S) : AUGUSTO PERCILIO DUTRA

IMPETRANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LEGITIMIDADE - *HABEAS CORPUS* - MINISTÉRIO PÚBLICO. O Ministério Público tem legitimidade para impetrar *habeas corpus* quando envolvido o princípio do juiz natural.

COMPETÊNCIA - PARCELAMENTO DE SOLO - GLEBA INTEGRADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Uma vez constatado tratar-se de gleba integrada ao patrimônio da União, a persecução criminal, considerado o crime do artigo 50 da Lei nº 6.766/69, há de ocorrer mediante atuação do Ministério Público Federal, sendo competente para processar e julgar a ação a Justiça Federal, consoante dispõe o inciso IV do artigo 109 da Constituição Federal.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o *habeas corpus*, reconhecer a



HC 84.103 / DF

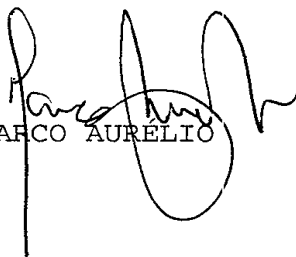
competência da Justiça Federal e determinar a remessa dos autos à 12ª Vara Federal em Brasília, nos termos do voto do relator.

Brasília, 29 de maio de 2004.

MAURÍCIO CORRÊA

-

PRESIDENTE



Handwritten signature of Marco Aurélio, consisting of stylized cursive letters.

MARCO AURELIO

-

RELATOR

29/04/2004

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 84.103-1 DISTRITO FEDERAL**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACIENTE(S) : JURANDIR RIBEIRO PAZ

PACIENTE(S) : BOLÍVAR DA SILVA FIGUEIRA CU BOLIVAR DA SILVA
FILGUEIRA

PACIENTE(S) : DALVA SILVIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA


PACIENTE(S) : AUGUSTO PERCILIO DUTRA

IMPETRANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios impetra este *habeas corpus* em favor de Jurandir Ribeiro Paz, Bolívar da Silva Figueira, Dalva Silvian Ribeiro de Oliveira e Augusto Percilio Dutra, apontando como configurador do constrangimento acórdão da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, proferido no Conflito de Competência nº 34.454/DF. A inicial revela haver a Delegacia Especial do Meio Ambiente - DEMA instaurado inquérito policial visando a apurar o parcelamento irregular do solo, para fins urbanos, em chácara da Colônia Agrícola Vicente Pires, em Taguatinga, Distrito Federal. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios veio a concluir que a gleba ilegalmente parcelada localizava-se em terras desapropriadas em favor da União, aspecto a indicar a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação penal, nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal. O Juízo da 2ª Vara Criminal de Taguatinga declinou da competência, entendendo o Juízo



Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, segundo as razões contidas na inicial, pela incompetência da Justiça Federal, razão pela qual suscitou o conflito negativo que foi dirimido, ante o disposto na alínea "b" do inciso I do artigo 105 da Constituição Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça. O acórdão prolatado ficou assim sintetizado:

CONSTITUCIONAL. PENAL. COMPETÊNCIA. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO URBANO. ART. 50 DA LEI N.º 6.766/79. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DIRETO À UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.
- Compete à Justiça Estadual ou do Distrito Federal, conforme o caso, processar e julgar ação penal relativa a delito de parcelamento irregular do solo urbano, previsto na Lei 6.766/79, ainda que se trate de área integrante do patrimônio da União, desde que não se verifique prejuízo direto a esta entidade, restringindo-se as consequências do crime a particulares e à Administração Municipal ou do Distrito Federal.
- Conflito conhecido. Competência do Juízo de Direito do Distrito Federal.

O processo, revelando a ação penal, retornou à Justiça do Distrito Federal e, ofertada denúncia, foi recebida em 16 de fevereiro de 2004 pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Taguatinga.

Em um primeiro passo, na inicial, diz-se da legitimidade do Ministério Público para a impetração, aludindo-se à proteção de direitos assegurados constitucionalmente - artigo 129 da Constituição Federal - às garantias maiores referentes ao juízo natural e ao devido processo legal - inciso LIII e LIV do artigo 5º da Lei Maior. Remete-se ao que decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no *Habeas Corpus* nº 5.708, relatado pelo ministro José Dantas, quando assentada a legitimidade do Ministério Público para impetrar *habeas corpus*, bem como ao pronunciamento da Segunda Turma

HC 84.103 / DF

desta Corte, no *Habeas Corpus* nº 71.810/DF, no qual se discutiu a adequação, ou não, do *habeas* para fixação do foro competente para a causa. No mais, ressalta-se que a própria 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça veio a evoluir, concluindo que, na espécie, tem-se a competência da Justiça Federal *stricto sensu*, e não da Justiça do Distrito Federal - Conflitos de Competência nºs 35.722, 35.747, 35.766, 35.753, 35.726, 35.723, 35.651, 35.530, 37.775 e 35.796, este último, do Distrito Federal. Cuidar-se-ia, no caso, de gleba de terra integrada ao patrimônio da União. Requer-se a concessão da ordem, para que o processo revelador da ação penal seja enviado à 12ª Vara Federal. À inicial juntaram-se os documentos de folha 9 a 77.

Ocorreu a remessa imediata do processo ao Ministério Público Federal, presentes os elementos imprescindíveis à apreciação do pedido e, portanto, dispensadas as informações (folha 81). Manifestou-se o Órgão pelo deferimento da ordem, dada a própria evolução de entendimento havida no Superior Tribunal de Justiça.

Lancei visto no processo em 21 de abril, designando, como data de julgamento, a de hoje - 28 de abril -, isso objetivando a ciência do impetrante. O afastamento da inclusão do *habeas* em pauta visa à celeridade, e não a surpresa.

É o relatório.

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O Superior Tribunal de Justiça acabou por atuar no conflito como verdadeiro órgão consultivo. É que, após a manifestação do Ministério Público Federal, ocorrida perante a 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (folha 35 a 40), no sentido da incompetência da Justiça Federal, o Juízo exteriorizou entendimento contrário, suscitando, no campo da mais absoluta incongruência, o conflito negativo de competência, como se o autor da decisão fosse não ele próprio, mas o Ministério Público:

Embora tenha posicionamento (sic) contrário ao MPF, acolho a sua manifestação no sentido de encaminhar o feito ao egrégio Superior Tribunal de Justiça para que a questão da competência seja definitivamente sanada.


Então, como a premissa que não levaria a tanto, ou seja, a do convencimento da própria competência, suscitou o que teve como "conflito negativo de competência a ser dirimido pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça" (folhas 42 e 43). Iniludivelmente, seria o caso de não conhecimento do conflito, mas houve a admissão pelo Superior Tribunal de Justiça e, aí, veio à balha o ato que se diz de constrangimento.

Tenho como parte legítima o Ministério Público, a quem incumbe, consoante dispõe o artigo 129 da Constituição Federal, "zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de

HC 84.103 / DF

relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia". No caso, trata-se de incompetência absoluta e, aí, devem ser sopesados os nefastos efeitos de idas e vindas no processo - da volta ao início da ação penal, com a possibilidade de, proclamada a incompetência absoluta, vir a incidir, ante a insubsistência de atos interruptivos, a prescrição. O tema da legitimação do Ministério Público para impetrar *habeas corpus* não é inédito nesta Corte. A Segunda Turma teve oportunidade de enfrentá-lo no *Habeas Corpus* nº 71.810/DF.

Admito a legitimação e passo ao exame do tema de fundo. Entendeu-se que não se teria a incidência do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, restringindo-se as consequências do crime a particulares e a administração Municipal ou do Distrito Federal. Colho da norma empolgada pelo Ministério Público - do inciso IV do artigo 109 da Constituição Federal -, competir aos juízos federais processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas apenas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral. Ora, é incontroverso que se tem, na espécie, alegação, na denúncia, de parcelamento irregular de solo, ao que tudo indica visando à alienação, considerado bem imóvel da União. A confirmar-se a prática criminosa, a infração cometida terá alcançado bem que não se situa no patrimônio do Distrito Federal, mas da



HC 84.103 / DF

União. Daí a evolução ocorrida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que, ao julgar o Conflito de Competência nº 35.796/DF, proclamou:

CONSTITUCIONAL. INQUÉRITO POLICIAL. LOTEAMENTO IRREGULAR. TERRAS DA UNIÃO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL.

- Em sede de investigação criminal em que se apura a prática de loteamento irregular instaurado em terras de propriedade da União, tem-se como presente a ocorrência de esbulho sobre bem imóvel desta entidade pública, atraindo a competência da Justiça Federal.

- Conflito conhecido. Competência do Justiça Federal.

O acórdão está à folha 56 e seguintes, por sinal, é da lavra do mesmo relator que confeccionou o apontado neste *habeas* como configurador do constrangimento, havendo entre as decisões - esta última e aquela que estampou a evolução - o interregno de cerca de quatro meses.

Defiro a ordem para assentar a competência da 12ª Vara Federal do Distrito Federal, declarando insubsistente a denúncia e o respectivo recebimento, ocorridos considerada a atuação da 2ª Vara Criminal de Taguatinga.



29/04/2004

TRIBUNAL PLENO

HABEAS CORPUS 84.103-1 DISTRITO FEDERALV O T O

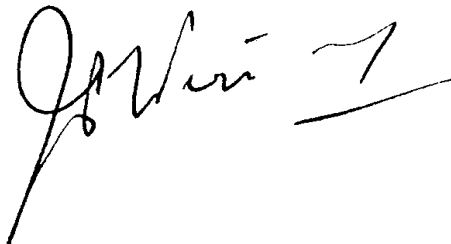
O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, em caso similar - parece-me que, também, neste -, o parecer da Procuradoria-Geral transcreve o voto condutor do Ministro Gilson Dipp, no Conflito de Competência nº 3.602 do Superior Tribunal de Justiça, que a mim me parece absolutamente convincente.

Mostra-se que, embora, efetivamente, o crime de parcelamento urbano tenha como objeto imediato a ordenação do solo urbano, de interesse local, quando se dá num imóvel do patrimônio da União, é manifesto que há um interesse, posto que mediato, da União.

É impossível negar a existência de um interesse, se se constrói, como ontem os jornais noticiavam, um verdadeiro bairro com edifícios de apartamento e coisas que tais num terreno da União, e dizer que a União é inteiramente alheia a isso, só porque também está em causa o interesse ambiental ou urbanístico.

Acompanho o eminente Relator e declaro competente a Justiça Federal.

CR/



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 84.103-1

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S): JURANDIR RIBEIRO PAZ

PACTE.(S): BOLÍVAR DA SILVA FIGUEIRA OU BOLIVAR DA SILVA FILGUEIRA

PACTE.(S): DALVA SILVIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

PACTE.(S): AUGUSTO PERCILIO DUTRA

IMPTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS


COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: O Tribunal, por decisão unânime, deferiu o habeas corpus, reconhecendo a competência da Justiça Federal, e determinou a remessa dos autos à 12ª Vara Federal em Brasília, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Carlos Velloso e Nelson Jobim. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 29.04.2004.

Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.

+1


Luiz Tomimatsu
Coordenador